

Defensores retornam ao trabalho depois de acordo com o Governo

Em greve desde o dia 31 de maio, os defensores públicos de Minas Gerais retornaram ontem ao trabalho, depois de o Governo do Estado se comprometer a fazer uma reestruturação na Defensoria Pública, com base na legislação constitucional e infraconstitucional. As melhorias devem ser aplicadas até o fim da gestão do atual Governo. Entre as principais medidas a serem adotadas, estão o aumento orçamentário para o próximo ano e a realização de concurso público para suprir o quadro de defensores.

Com a greve, mais de 200 mil processos ficaram represados, segundo o presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep), Glauco David

Oliveira. "Retornamos ao trabalho para demonstrar nosso voto de confiança no Governo. O acréscimo no orçamento para 2005 será o termômetro do processo", disse Oliveira. Segundo ele, será definido até o final desta semana se haverá plantão ou mutirão para agilizar o andamento dos processos paralisados. Por enquanto, ainda segundo Oliveira, os promotores devem priorizar "casos urgentes e inadiáveis". "Negociaremos com o Judiciário o cronograma de vencimento de prazos dos demais processos", disse.

O processo de reestruturação da Defensoria deve ser enviado pelo Governo à Assembléia Legislativa ainda neste semestre, assim como a proposta de realização de concurso oferecendo

maior número de vagas. No próximo dia 12 de setembro, será realizada a primeira etapa de um novo concurso, mas com oferta de apenas 50 vagas. De acordo com o presidente da Adep, apenas 46% das 918 vagas de defensor público disponíveis no Estado estão ocupadas, com 162 comarcas sem representante. Nos últimos cinco anos, devido às más condições de trabalho no Estado, 300 defensores públicos migraram para outras carreiras jurídicas. Para se ter uma idéia dos processos represados, aponta Oliveira, apenas em maio - último mês de atividades antes de deflagrada a greve - foram movimentados 68 mil processos, realizadas 4.500 audiências e ajuizadas 1.500 ações ordinárias.

Estado de Minas - 10/08/2004